

GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE

Termo de Referência 252/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
252/2025	120632-GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE	CLAUDIO FRANCISCO DOS SANTOS	30/01/2026 12:32 (v 0.17)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Permissão de uso de bens públicos		67230.007069/2025-98

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Cessão de Uso Onerosa sob Regime de Arrendamento das áreas A-10, A-11 e A-12, mediante contrapartida para prestação do Serviço de Modernização da Rede de distribuição de energia em de Média Tensão (13,8 kV) do Grupamento de Apoio de Recife-PE e prestação de serviços de engenharia em benfeitorias do GAP-RF, utilizando Atas de Registros de Preços e a tabela SINAPI, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento .

ITEM	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	CATSER	UND	QUANT	PERCENTUAL MÍNIMO A SER LANÇADO NO COMPRASNET	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO PARA 120 MESES
1	Cessão de Uso Onerosa sob Regime de Arrendamento das áreas A-10, A-11 e A-12, mediante contrapartida para prestação do Serviço de Modernização da Rede de distribuição de energia em de Média Tensão (13,8 kV) do Grupamento de Apoio de Recife-PE e prestação de serviços de engenharia em benfeitorias do GAP-RF, utilizando Atas	15210	SV	1	6,26%	R\$ 62.536,35	R\$ 7.504.362,00

de Registros de Preços e a tabela SINAPI						
--	--	--	--	--	--	--

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que haverá diariamente a disponibilidade do serviço de exploração comercial, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as diretrizes presentes no Estudo Preliminar, em conformidade com a necessidade da contratação.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da cessão de uso é de 120 (cento e vinte) meses, conforme alínea “b” do subitem 9.2.4.1 da INSTRUÇÃO DOCOMANDO DA AERONÁUTICA (ICA) Nº 87-7/2023, a contar da assinatura do Contrato.

1.5. A prorrogação do prazo de vigência do contrato será precedida da correspondente justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo, respeitando o limite de 240 (duzentos e quarenta) meses, conforme subitem 9.2.4.2 da INSTRUÇÃO DOCOMANDO DA AERONÁUTICA (ICA) Nº 87-7/2023.

1.6. A prorrogação de que trata o parágrafo anterior é condicionada ao ateste pela autoridade competente, de que as condições e os serviços da contrapartida permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CESSIONÁRIA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na cessão onerosa;
- b) Haja manifestação expressa da CESSIONÁRIA informando o interesse na prorrogação; e
- c) Seja comprovado que a CESSIONÁRIA mantém as condições iniciais de habilitação.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A contratação de Cessão de Uso Onerosa está alinhada com o planejamento estratégico da Administração, embora não esteja prevista no plano anual de contratações. Isso ocorre porque a natureza dessa contratação não gera custos para a Administração Pública, uma vez que se trata de uma cessão de uso em que o cessionário arca com os custos relacionados às áreas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento;

4.1.2. Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada pela diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como o mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.1.3. Que os bens sejam constituído, no total ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

4.1.4. É de responsabilidade da Contratada a observância de todos os procedimentos, obrigações e a adoção de providências estabelecidas em legislação específica relacionada a medidas, ações e práticas social e ambientalmente sustentável;

4.1.5. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento devendo cumprir o preconizado no art.6º da Instrução Normativa STLI/MP nº 1, de 2010; e

4.1.6 Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e

cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

VIII - A cessionária deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

Subcontratação/sublocação

4.2. É permitida a subcontratação por parte da cessionária para execução dos serviços de engenharia, pertinente à contrapartida e parcialmente será permitida a sublocação da da cessão de uso, até o limite de 50% (cinquenta por cento) das áreas objeto do contrato, nas seguintes condições, conforme exemplo a seguir:

4.2.1 A sublocação parcial do objeto em uma cessão de uso é permitida, desde que seja justificada pela CESSIONÁRIA e a sublocação tenha uma finalidade direta com a exploração comercial da proposta. Essa prática é comum e se alinha com a necessidade de otimizar o uso do espaço e maximizar a eficiência da atividade principal.

4.2.2 Fundamentação e exemplo

4.2.2.1 A lógica por trás dessa permissão é a sinergia entre as atividades. Ao permitir a sublocação, a administração pública reconhece que a exploração principal pode ser complementada por serviços correlatos que aumentam o valor e a atratividade da licitação e do contrato.

4.2.3 Imagine a seguinte situação:

4.2.3.1 Suponha que o vencedor de uma licitação obtenha a cessão de uma área para a exploração de um posto de combustíveis. Para que essa atividade seja economicamente viável e competitiva, é essencial que ela ofereça serviços complementares. A subcontratação de espaços para uma loja de conveniência, um lava-jato ou uma oficina mecânica se enquadra perfeitamente nesse cenário.

4.2.3.2 Esses serviços não são aleatórios; eles são essenciais para a manutenção e o sucesso do negócio principal. O cliente que abastece o carro pode aproveitar para fazer uma troca de óleo ou comprar um lanche. A loja de conveniência, o lava-jato e a oficina são, portanto, sublocações que guardam uma finalidade com a exploração do posto de combustíveis.

4.2.3.3 A exigência de que a sublocação não ultrapasse 50% das áreas garante que o concessionário mantenha a responsabilidade pela atividade principal, enquanto ainda tem a flexibilidade de agregar valor por meio de parceiros. Isso promove a eficiência econômica, permitindo que o espaço seja utilizado da melhor forma possível, sem desvirtuar o objetivo original do contrato de cessão de uso.

4.2.3.4 exemplo 2

4.2.3.4.1 Suponha que o vencedor da presente Cessão de Uso pretenda implantar e operação de um centro esportivo voltado, primordialmente, para a prática de tênis e modalidades afins. A área a ser cedida destina-se à construção, manutenção e exploração de quadras, vestiários, áreas de apoio e demais estruturas necessárias ao desenvolvimento da atividade principal.

4.2.3.4.2 Autorização para Sublocação Parcial: A Cessionária ficaria autorizada a sublocar parcialmente áreas do complexo para a instalação de serviços e atividades complementares, desde que estas sejam compatíveis com a finalidade principal da cessão e contribuam para a melhoria da experiência dos usuários.

4.2.3.4.3 Exemplos de Finalidades da Sublocação Parcial: A sublocação parcial autorizada visa a implantação de:

4.2.3.4.3.1 Cafeteria ou Lanchonete: Para fornecimento de alimentos e bebidas aos frequentadores do centro esportivo.

4.2.3.4.3.2 Outras Modalidades Esportivas: Para a diversificação da oferta, como a instalação de quadras de beach tennis, futevôlei ou outras atividades de esporte e lazer.

4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor **total** da contratação.

4.7.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7.1.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.7.1.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.7.1. 3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.7.1.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.7.1.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.8. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.11. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.11.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.12.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.12.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.12.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.13. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial .

4.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada .

4.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.18.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.18.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.20 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.23. A avaliação prévia do local da execução dos serviços cessão das áreas é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas.

4.24. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.25. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria .

4.26. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.27. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 A CESSIONÁRIA terá o prazo de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de assinatura do Contrato da Cessão de Uso, para início dos serviços de engenharia a serem executados como contrapartida da cessão de uso.

5.1.1.1 Para a execução dos serviços de engenharia de contrapartida, adotar-se-ão os seguintes termos:

- I. Prazo para início da execução da prestação do Serviço de Modernização da Rede de distribuição de energia em de Média Tensão (13,8 kV) do Grupamento de Apoio de Recife-PE é de 90 (noventa) dias e obedecerá aos seguintes passos:
- II. Apresentação da documentação: Após a assinatura contratual, a CESSIONÁRIA deverá apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a documentação exigida no subitem 3.3.1, seja de sua própria equipe técnica ou de empresa terceirizada, para análise pelo GAP-RF;
- III. Parecer técnico: O parecer técnico referente à análise da documentação apresentada será emitido no prazo de até 15 (quinze) dias corridos;
- IV. Entrega do projeto executivo: Após a emissão do parecer técnico, visando o início do serviço, a CESSIONÁRIA deverá apresentar o projeto executivo, elaborados por engenheiro ou equipe técnica responsável (própria ou terceirizada), no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, para apreciação da Comissão designada pela CEDENTE;
- V. O Projeto Executivo será analisado quanto à sua adequação aos documentos técnicos de engenharia anexos a este Processo;
- VI. Alterações contratuais: Alterações das condições técnicas, prazos ou obrigações previstas nesta cessão com contrapartida somente poderão ocorrer mediante justificativa formal e expressa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observadas as hipóteses legais de alteração contratual por

- interesse público ou por acordo entre as partes, devidamente motivadas e precedidas de autorização pela autoridade competente da CEDENTE;
- VII. Fiscalização do serviço: A execução dos serviços de engenharia, consistentes na modernização da rede de distribuição de energia elétrica em média tensão (13,8 kV) das edificações do Grupamento de Apoio de Recife (GAP-RF), objeto da contrapartida, será fiscalizada pela equipe técnica do GAP-RF;
- VIII. Encerrada a execução da modernização citada, o GAP-RF, dará continuidade na contrapartida, por meio de prestação de serviços de engenharia em benfeitorias do GAP-RF, utilizando Atas de Registros de Preços e a tabela SINAPI de acordo com Plano de Manutenção Predial da Unidade;
- IX. A CESSIONÁRIA será responsável por todas as obrigações trabalhistas, tributárias, previdenciárias, ambientais e pelas licenças legais necessárias à execução dos serviços;
- X. O inadimplemento da CESSIONÁRIA em obrigações trabalhistas, previdenciárias, previdenciárias, ambientais, fiscais, comerciais ou quaisquer outras, originadas da cessão ou da execução da contrapartida, não transfere à CEDENTE a obrigação de pagamento, nem pode onerar o objeto contratual ou impedir a regularização e o uso dos serviços. A CEDENTE responde de forma meramente subsidiária, e somente se comprovada culpa ou dolo na fiscalização das obrigações contratuais;
- XI. A execução dos serviços de engenharia objeto da contrapartida será realizada sob a responsabilidade integral da CESSIONÁRIA, ainda que por intermédio de empresa por ela contratada, devendo seguir o regime de empreitada por preço global;
- XII. A CESSIONÁRIA compromete-se a adotar, nos contratos firmados com seus prestadores de serviços, cláusulas compatíveis com as obrigações estabelecidas nesta cessão com contrapartida, de modo a assegurar a plena execução do objeto nos termos e prazos pactuados com a CEDENTE;
- XIII. Caberá exclusivamente à CESSIONÁRIA, ou à empresa por ela contratada para executar a contrapartida, fornecer, treinar, fiscalizar e assegurar o uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os trabalhadores envolvidos nos serviços de engenharia. A CESSIONÁRIA deverá observar rigorosamente as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho, em especial a NR-6, bem como toda legislação aplicável. A CEDENTE fica isenta de qualquer responsabilidade por acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais decorrentes de omissões ou falhas nesse controle;
- XIV. A CESSIONÁRIA poderá propor modificações no prazo de execução dos serviços de engenharia, devendo, para esse fim, apresentar todos os elementos de caráter técnico, administrativo e econômico necessários a sua apreciação;
- XV. Tais modificações não poderão ser executadas sem que tenham sido previamente aprovadas, por escrito, pela Fiscalização, pelo Setor de Engenharia da CEDENTE ou Setor equivalente, que disponha de pessoal com qualificação técnica, quando couber;
- XVI. A cessão com contrapartida será celebrada sob condição resolutiva, operando-se sua extinção automática caso a obrigação da contrapartida não seja integralmente cumprida pela CESSIONÁRIA;
- XVII. Em caso de descumprimento das condições ou prazos estabelecidos para a contrapartida, o instrumento de cessão será resolvido de pleno direito, sem direito da CESSIONÁRIA à indenização por acessões, benfeitorias ou qualquer outra forma de compensação. A posse do imóvel será imediatamente revertida à União;
- XVIII. O prazo de execução dos serviços da modernização será de 180 (cento e oitenta) dias, conforme cronograma constante do CADERNO DE ORÇAMENTO CO.02.25, de 04 de abril de 2025;
- XIX. Encerrada a execução da modernização citada, o GAP-RF, dará continuidade na contrapartida, por meio de prestação de serviços de engenharia em benfeitorias do GAP-RF, utilizando Atas de Registros de Preços e a tabela SINAPI de acordo com Plano de Manutenção Predial da Unidade, o qual será atualizado anualmente.
- XX. A prorrogação do prazo de vigência do contrato será precedida da correspondente justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo, respeitando o limite de 240 (duzentos e quarenta) meses, conforme subitem 9.2.4.2 da INSTRUÇÃO DO COMANDO DA AERONÁUTICA (ICA) Nº 87-7 /2023 e poderá ser mediante contrapartida; e
- XXI. A CESSIONÁRIA deverá apresentar, como condição para o início da execução dos serviços de engenharia, as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de

5.2 O pagamento da Cessão de Uso ocorrerá da seguinte forma:

5.2.1 A cessão de uso do imóvel será onerosa e sua retribuição far-se-á, mediante execução de serviços de engenharia como contrapartida, nos termos do § 10 do art. 18 da Lei nº 14.011, de 10 de junho de 2020, e demais normas aplicáveis à administração patrimonial da União, conforme a seguir:

5.2.1.1. Mediante CONTRAPARTIDA, com fulcro no § 10 do Art. 18 da Lei 14.011, de 10 de junho de 2020, por meio de serviços de engenharia, com valor homologado ao final da sessão pública, tendo como referência o valor médio constante do Laudo de Avaliação;

5.2.1.2. O valor da contrapartida será convertido em abatimento proporcional nas parcelas mensais devidas pela cessão de uso, a partir da data de entrega e aceitação dos serviços de engenharia, conforme fiscalização da CEDENTE. O abatimento será calculado com base na relação entre o valor homologado do serviço (contrapartida) e o valor mensal ofertado pelo cessionário no certame, resultando em número de meses de isenção proporcional.

5.3. A OUTORGADA CESSIONÁRIA deverá responsabilizar-se pelo pagamento débitos, na medida de sua utilização, relativos ao consumo de água, energia elétrica, bem como, o pagamento das demais taxas municipais.

5.4 Além da dosimetria elencada neste Contrato, a CESSIONÁRIA deverá atentar quanto ao disposto Portaria GABAER nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, sobre a dosimetria para aplicação de sanções administrativas em Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), em caso de descumprimento de cláusula editalícia ou obrigação contratual, por parte do licitante ou contratado, em contratações realizadas com base na Lei nº 14.133 /2021, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

5.4.1 A CEDENTE, através de servidor designado, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto Contrato, na conformidade do disposto no Inc. III do Art. 104 da Lei nº 14.133/2021;

a) O representante da Administração anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do Contrato, determinando o que for necessário à regularização de eventuais falhas ou irregularidades;

b) As decisões e providências que ultrapassarem a competência daquele representante deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;

c) O GAP-RF nomeará um servidor ou comissão para realizar a fiscalização do Termo de Contrato, o qual registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas no Processo correspondente, sendo o conteúdo dos lançamentos extraído, em forma de relatório, e encaminhado à Cessionária para a imediata correção das irregularidades apontadas.

5.5. São obrigações da Fiscalização:

I) exigir da Cessionária a retirada imediata de qualquer de seus prepostos que embarquem a sua ação fiscalizadora, observado o direito do contraditório e a ampla defesa;

II) verificar, de modo sistemático, o cumprimento das disposições do Termo de Contrato e das ordens complementares emanadas da Cedente, informando a esta, em tempo hábil, todas as ocorrências e providências tomadas;

III) resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto no Termo de Contrato ou em tudo mais que, de qualquer forma, se relacionar direta ou indiretamente com objeto do Termo de Contrato, garantido o contraditório e a ampla defesa;

IV) exigir da Cessionária que mantenha a área em condições de higiene e limpeza;

V) propor as medidas que couberem para a solução dos casos surgidos em decorrência de solução técnica;

VI) efetuar o registro das ocorrências em forma de Relatório;

VII) remeter à Cedente relatório mensal do andamento da execução da cessão de uso;

VIII) zelar para que sejam observadas as disposições legais aplicáveis, particularmente as da Lei nº 14.133/2021;

IX) emitir pareceres ou relatórios, quando julgado necessário, ou quando solicitado, sobre o andamento do objeto deste Termo;

X) exigir da Cessionária o fiel cumprimento das obrigações assumidas;

XI) expedir notificação ou advertência à Cessionária, quando for o caso;

XII) solicitar a Cessionária os seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da cessão de uso;

XIII) emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do Termo de Contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e reajustamento do contrato;

XIV) solicitar a Cessionária a substituição de qualquer equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação das instalações;

XV) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e realizar as tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

XVI) A atuação da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Cessionária, no que concerne à área cedida e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o GAP-RF ou a terceiros;

XVII) A Fiscalização não exercerá poder de mandato sobre os empregados da Cessionária reportando somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados;

XVIII) A ocorrência de eventuais irregularidades no uso da área cedida não implica em co-responsabilidade da Cedente;

XIX) A fiscalização poderá ser efetuada a qualquer momento, sem que seja dada ciência à Cessionária;

XX) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial; e

XXI) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.6. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.6.1. Cronograma de realização dos serviços: ENCONTRA-SE CONTEMPLADO NO CADERNO ORÇAMENTÁRIO/PROJETO BÁSICO CO.02.25;

5.6.2. Cronograma de realização do PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL: Será realizado mediante demanda e dará início após o encerramento da Modernização da Rede de distribuição de energia em de Média Tensão (13,8 kV) do Grupamento de Apoio de Recife-PE;

Local e horário da prestação dos serviços

5.7. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.7.1. Av. Armino Moura, 500 - Boa Viagem, Recife - PE, CEP: 51130-180

5.8 Os serviços serão prestados no seguinte horário:

Rotinas a serem cumpridas

5.9. A execução contratual observará as rotinas :

5.9.1. Na eventual identificação de imperfeições, falhas ou irregularidades durante a execução dos serviços, o fiscal do contrato notificará a Cessionária, estabelecendo um prazo adequado para sua correção e assegurando-se de que as soluções propostas por ela sejam as mais adequadas;

5.9.2 O acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação descritos neste item não eximem o outorgado cessionário de sua responsabilidade, nem conferem ao outorgante cedente responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução das atividades e serviços contratados;

5.9.3 As determinações e solicitações feitas pelo representante do outorgante cedente responsável pela fiscalização do contrato devem ser prontamente atendidas pelo outorgado cessionário. Em caso de impossibilidade de atendimento imediato, é necessário justificar por escrito;

5.9.3.1. O representante da administração registrará em livro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando data, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos. Ele determinará as medidas necessárias para corrigir falhas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos a (o) Ordenador (a) de Despesas do GAP-RF; e

5.9.3.2. De acordo com o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública pode, de forma motivada e sem prévia manifestação do interessado, adotar medidas acauteladoras em caso de risco iminente, visando prevenir danos de difícil ou impossível reparação.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.10. Em um processo de cessão de uso mediante contrapartida, é fundamental que todas as informações relevantes para o dimensionamento da proposta estejam técnica e formalmente documentadas. Diante disso, o GAP-RF, disponibilizará o laudo de avaliação que é o documento central que consolida todos esses dados. Ele não apenas estabelece o valor de mercado, mas também detalha as características físicas e técnicas que impactam a viabilidade e o escopo da proposta.

5.11 O laudo de avaliação é o documento técnico que certifica todas as informações essenciais para que o licitante dimensione a sua proposta. Ele inclui:

5.12 Características da Área: Descreve a localização exata e as dimensões do espaço, incluindo a área total, área construída e as benfeitorias existentes. Isso permite que os interessados planejem com precisão o uso do espaço;

5.13 Infraestrutura Disponível: Detalha a infraestrutura existente no local, como redes de energia elétrica, abastecimento de água, sistemas de esgoto, ventilação e segurança. Isso é crucial para que a empresa interessada calcule os custos de adaptação e instalação;

5.14 Análise de Mercado: Apresenta a análise de mercado que justifica o valor da contrapartida. Essa análise pode incluir preços de aluguéis de propriedades similares na região, o potencial de receita e a atratividade do local, demonstrando a viabilidade econômica do projeto;

5.15 Requisitos e Restrições Legais: Aponta as restrições de uso, incluindo zoneamento urbano, leis ambientais, regras de tombamento e outras limitações que possam afetar o projeto. Isso garante que a proposta esteja em conformidade com as exigências legais;

5.16 Ao referenciar o laudo de avaliação, a administração pública garante transparência e isonomia, pois todos os proponentes terão acesso às mesmas informações técnicas e precisas. Isso elimina a subjetividade e permite que as empresas preparem propostas mais assertivas e competitivas.

5.17 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.17.1 Previsão contemplada no item 2 do Estudo Técnico Preliminar.

5.18. Especificação da garantia do serviço

5.18.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.19 RECOMENDAÇÃO 1-

5.19.1. Uniformes para execução dos serviços de engenharia:

5.19.1.1. Uniforme Básico

5.19.1.1.1. Calça: Calça de brim ou tecido similar resistente, preferencialmente na cor cinza ou caqui, sem detalhes chamativos. A calça deve ser confortável para a movimentação e, se possível, ter bolsos laterais para ferramentas.

5.19.1.1.2. Camisa/Polo: Camiseta de algodão ou polo, na cor que a empresa definir, com o logo da empresa discreto no peito ou nas costas. Cores como cinza, azul-marinho ou cáqui são ideais para o ambiente de trabalho e não destoam do ambiente.

5.19.1.1.3. Bota de Segurança: Bota de couro com biqueira de aço ou composite, solado antiderrapante e resistente a perfurações. A bota é um item de segurança obrigatório para a proteção dos pés contra quedas de materiais e objetos cortantes.

5.19.2. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)

5.19.2.1. Capacete de Segurança: Capacete de plástico rígido, com jugular, para proteger a cabeça contra quedas de objetos. A cor do capacete pode variar de acordo com a função do trabalhador (ex: branco para engenheiros, azul para encarregados, amarelo para eletricitistas).

5.19.2.2. Óculos de Proteção: Óculos de segurança transparentes ou com lentes escuras, resistentes a impactos, para proteger os olhos contra poeira, detritos e respingos.

5.19.2.3. Luvas: Luvas de proteção adequadas para o tipo de serviço. Para manuseio de materiais, luvas de raspa ou vaqueta; para trabalhos com eletricidade, luvas isolantes; para serviços leves, luvas de malha.

5.19.2.4. Protetor Auricular: Abafador de ruído ou protetor de ouvido tipo plug, para ambientes com barulho excessivo.

5.19.2.5. Colete Refletivo: Colete de sinalização de alta visibilidade, essencial para trabalhos noturnos ou em áreas de trânsito de veículos.

5.19.3. Uniformes para Condições Específicas

5.19.3.1. Capa de Chuva: Impermeável, para dias chuvosos.

5.19.3.2. Blusão/Jaqueta: Para dias mais frios, um blusão ou jaqueta com o logo da empresa pode ser necessário.

5.19.3.3. Máscaras: Máscaras de proteção respiratória (PFF2 ou PFF3) para trabalhos com poeira ou produtos químicos.

5.19.4 É crucial que todos os uniformes e EPIs estejam em boas condições de uso e sejam substituídos regularmente. A apresentação dos empregados em um quartel, um ambiente militar, deve ser limpa e profissional para garantir a segurança e o respeito às normas do local.

5.20 RECOMENDAÇÃO 2-

5.20.1 O uso de Uniformes para execução dos serviços da cessão de uso:

5.20.1.1. O uniforme é o primeiro contato do cliente com a empresa. Ele deve transmitir profissionalismo, confiabilidade e ser funcional para as atividades do dia a dia.

5.20.1.2. Uniforme Básico, dependendo da finalidade do objeto os uniformes serão ajustados a realidade da execução:

5.20.2 O uniforme deve ser confortável, sem comprometer a praticidade. As opções mais comuns incluem:

5.20.2.1. Social: Uma camisa social de cor neutra, como branco, azul-claro ou cinza, combinada com calça ou saia de alfaiataria em cores como preto, azul-marinho ou cáqui. O uso de um blazer ou colete pode adicionar um toque de formalidade.

5.20.2.2. Polo: Para um ambiente mais descontraído, uma camisa polo com o logo da empresa bordado no peito é uma excelente escolha. Combinada com calça de sarja ou social, cria uma imagem profissional, mas acessível.

5.20.2.3. Blusa e Saia/Calça: Para funcionárias, uma blusa de tecido leve e com bom caimento pode ser combinada com uma saia de comprimento no joelho ou uma calça de alfaiataria.

5.20.3. Acessórios e Identificação

5.20.3.1. Crachá: Um item essencial. O crachá de identificação deve ser visível e conter o nome do funcionário e o logo da empresa.

5.20.3.2. Calçados: Sapatos fechados, de bico redondo, confortáveis para longas horas de pé. Evite sapatos abertos ou que não ofereçam suporte adequado.

5.20.3.3. Detalhes: Acessórios como lenços, cintos ou broches podem ser usados para complementar o uniforme, desde que sigam as diretrizes da empresa e não sejam chamativos.

5.20.4 O uniforme bem cuidado e alinhado contribui diretamente para a percepção de qualidade do serviço prestado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o GAP-RF, convocará representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da vigência do Contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica do Fiscal do Contrato da prestação do serviço de engenharia:

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

6.16 A fiscalização técnica é a etapa em que o fiscal do contrato avalia a qualidade e o andamento do serviço. Mais do que simplesmente checar prazos, o fiscal garante que o serviço de engenharia seja executado com a qualidade e a segurança exigidas.

6.17 Pontos Cruciais para a Fiscalização Técnica:

a) Aprovação de Materiais e Equipamentos: O fiscal deve aprovar todos os materiais e equipamentos a serem utilizados, assegurando que eles atendem às especificações técnicas do projeto;

b) Qualidade da Execução: A fiscalização deve verificar a qualidade dos trabalhos em todas as fases dos serviços de engenharia, objeto da contrapartida. É crucial que a equipe do fiscal do contrato realize vistorias frequentes e documentadas;

c) Conformidade com Normas e Regulamentos: O fiscal deve assegurar que a obra segue todas as normas técnicas (ABNT), regulamentos de segurança e padrões ambientais;

d) Acompanhamento da Mão de Obra: O fiscal precisa verificar se a equipe da contratada é qualificada e se está usando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) corretamente; e

e) Aprovação de Serviços Medidos: A fiscalização técnica é responsável pela aprovação das medições, atestando que os serviços foram realmente realizados e que a qualidade exigida foi alcançada.

6.18 Ao focar nesses pontos, o fiscal do contrato garante que o serviço seja entregue com excelência e dentro das normas.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.21.1. Na eventual identificação de imperfeições, falhas ou irregularidades durante a execução dos serviços ou fornecimento dos bens, o fiscal do contrato notificará a Cessionária, estabelecendo um prazo adequado para sua correção e assegurando-se de que as soluções propostas por ela sejam as mais adequadas;

6.21.2. O acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação descritos neste item não eximem o outorgado cessionário de sua responsabilidade, nem conferem ao outorgante cedente responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução das atividades e serviços contratados;

6.21.3. As determinações e solicitações feitas pelo representante do outorgante cedente responsável pela fiscalização do contrato devem ser prontamente atendidas pelo outorgado cessionário. Em caso de impossibilidade de atendimento imediato, é necessário justificar por escrito;

6.21.4. O representante da administração registrará em livro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando data, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos. Ele determinará as medidas necessárias para corrigir falhas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos a(o) Ordenador (a) de Despesas do GAP-RF;

6.22. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando -se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no acompanhamento das medições.

6.23. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.23.1 - TODAS QUESTÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS PERTINENTES AOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA , SERÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CESSIONÁRIO.

Gestor do Contrato

6.24. Cabe ao gestor do contrato:

6.24.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.24.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.24.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de acompanhamento das medições, e anotar os problemas que obstem o fluxo.

6.24.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.24.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.24.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24.7 receber e dar encaminhamento imediato:

6.24.7.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.24.7.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

Manutenção, conservação e vigilância da área ocupada

6.25. A(O) CESSIONÁRIA(O) deverá assumir integralmente os custos relacionados à limpeza, manutenção e conservação do espaço ocupado, abrangendo serviços como limpeza, iluminação, pintura, dedetização, manutenção da estrutura hidrossanitária e elétrica, entre outros similares;

6.26. Para realizar pequenas reformas ou adaptações estruturais no espaço ocupado, a Cessionária deve obter autorização prévia por escrito do Fiscal de Contratos do GAP-RF, que supervisionará o serviço, caso autorizada. O descumprimento desta exigência sujeita o ocupante a penalidades cabíveis.

6.27. Em caso de autorização, as despesas com a pequena reforma ou adaptação estrutural são de responsabilidade exclusiva do ocupante, sem direito a indenização. Essa benfeitoria será incorporada de forma irreversível ao bem imóvel público da instituição.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Reajuste

7.1. Os preços inicialmente contratados pela Cessão de uso são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do Termo de Contrato.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Os valores dos serviços de engenharia previstos como contrapartida, estimados com base nas tabelas SINAPI e Atas de Registro de Preços vigentes do Órgão, poderão ser objeto de reajustamento, visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença.

7.10. O índice a ser adotado para o eventual reajustamento dos custos dos serviços de engenharia será o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

7.11. O reajustamento observará o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data-base do orçamento de referência.

7.12. Considerando que a Cessionária é a responsável pelo pagamento direto à empresa de engenharia subcontratada (executora técnica), o reajuste via INCC servirá de parâmetro para a atualização do montante devido em contrapartida, garantindo que o vulto das intervenções físicas no patrimônio da União guarde proporcionalidade com o valor de mercado apurado no laudo de avaliação de arrendamento.

7.13. Eventuais variações nos preços das Atas de Registro de Preços do Órgão utilizadas como referência não implicarão reajuste automático, prevalecendo a variação do índice setorial (INCC) para fins de atualização das planilhas de contrapartida.

Crítérios de Medição dos Serviços da Contrapartida

7.14. Os recebimentos serão por meio do trabalho executado, em total conformidade com o cronograma e o valor acordado relacionados a cessão de uso, bem como às contas de água e luz e tributos estaduais e municipais;

7.15. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022);

7.16. O prazo da disposição acima será contado do recebimento dos relatórios de execução a que se referem a parcela a ser executada;

7.17. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.18. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.19. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;

7.20. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de medição, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de serviços a serem executados pela cessionária, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.20.1. A Cessionária fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados;

7.20.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

7.20.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência no caderno orçamentário/projeto básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.21. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

7.22. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.22.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.22.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CESSIONÁRIA por escrito, as respectivas correções;

7.22.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.23. É dever dos fiscais que irão acompanhar a execução dos serviços zelar pelo fiel cumprimento das obrigações da cessionária, cobrando em cada medição a Memória de Cálculo e Quantitativos, conforme orientação a seguir:

7.24. A base de qualquer medição é a quantificação precisa do que foi executado.

7.24.1. Planilha Orçamentária: O cessionário deve executar o serviço, seguindo os parâmetros da planilha detalhada com todos os serviços e seus respectivos quantitativos e preços unitários. Embora não haja desembolso financeiro, essa planilha serve como referência para validar se a quantidade de serviço executada corresponde ao percentual do cronograma.

7.24.2. Memória de Cálculo: Para cada medição, a empresa cessionária deve apresentar uma memória de cálculo que demonstre, com dados técnicos, a quantidade de serviço realizado.

7.25 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CESSÃO PROPRIAMENTE DITA:

7.25.1 A CEDENTE DEVERÁ :

7.25.1.1 Registrar em instrumento contratual todas as obrigações da CESSIONÁRIA:

7.25.1.1.2 Registrar que a CESSIONÁRIA será responsável por todas as obrigações trabalhistas, tributárias, previdenciárias, ambientais e pelas licenças legais necessárias à execução dos serviços, considerando que:

a) O inadimplemento da CESSIONÁRIA em obrigações trabalhistas, previdenciárias, ambientais, fiscais, comerciais ou quaisquer outras, originadas da cessão ou da execução da contrapartida, não transfere à CEDENTE a obrigação de pagamento, nem pode onerar o objeto contratual ou impedir a regularização e o uso dos serviços de engenharia. A CEDENTE responde de forma meramente subsidiária, e somente se comprovada culpa ou dolo na fiscalização das obrigações contratuais;

b) A execução dos serviços de engenharia objeto da contrapartida será realizada sob a responsabilidade integral da CESSIONÁRIA, ainda que por intermédio de empresa por ela contratada, devendo seguir o regime de empreitada por preço global; e

c) A CESSIONÁRIA compromete-se a adotar, nos contratos firmados com seus prestadores de serviços, cláusulas compatíveis com as obrigações estabelecidas nesta cessão com contrapartida, de modo a assegurar a plena execução do objeto nos termos e prazos pactuados com a CEDENTE;

a) Caberá exclusivamente à CESSIONÁRIA, ou à empresa por ela contratada para executar a contrapartida, fornecer, treinar, fiscalizar e assegurar o uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os trabalhadores envolvidos nos serviços de engenharia. A CESSIONÁRIA deverá observar rigorosamente as Normas

Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho, em especial a NR-6, bem como toda legislação aplicável. A CEDENTE fica isenta de qualquer responsabilidade por acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais decorrentes de omissões ou falhas nesse controle;

b) A CESSIONÁRIA poderá propor modificações no prazo de execução dos serviços de engenharia, devendo, para esse fim, apresentar todos os elementos de caráter técnico, administrativo e econômico necessários a sua apreciação;

c) Tais modificações não poderão ser executadas sem que tenham sido previamente aprovadas, por escrito, pela Fiscalização, pelo Setor de Engenharia da CEDENTE ou Setor equivalente, que disponha de pessoal com qualificação técnica, quando couber;

d) A cessão com contrapartida será celebrada sob condição resolutiva, operando-se sua extinção automática caso a obrigação da contrapartida não seja integralmente cumprida pela CESSIONÁRIA;

e) Em caso de descumprimento das condições ou prazos estabelecidos para a contrapartida, o instrumento de cessão será resolvido de pleno direito, sem direito da CESSIONÁRIA à indenização por acessões, benfeitorias ou qualquer outra forma de compensação. A posse do imóvel será imediatamente revertida à União;

f) A CESSIONÁRIA deverá apresentar, como condição para o início da execução dos serviços de engenharia, as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) dos profissionais responsáveis pelo projeto e execução da obra, devidamente registrados no CREA ou CAU, conforme o caso.

g) A CESSIONÁRIA terá o prazo de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de assinatura do Contrato da Cessão de Uso, para início da execução dos serviços de engenharia.

h) pagamento da Cessão de Uso ocorrerá da seguinte forma:

1. cessão de uso do imóvel será onerosa e sua retribuição far-se-á, mediante execução de serviços de engenharia como contrapartida, nos termos do § 10 do art. 18 da Lei nº 14.011, de 10 de junho de 2020, e demais normas aplicáveis à administração patrimonial da União, conforme a seguir:

i) Mediante CONTRAPARTIDA, com fulcro no § 10 do Art. 18 da Lei 14.011, de 10 de junho de 2020, por meio de serviços de engenharia, com valor homologado ao final da sessão pública, tendo como referência o valor médio constante do Laudo de Avaliação.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,03% (três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias, aplicada em conformidade com a PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

8.2.4.2. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,06% (seis centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, aplicável do 11º (décimo primeiro) ao 20º (vigésimo) dia, aplicada em conformidade com a PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

8.2.4.3 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,09% (nove centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, aplicável do 21º (vigésimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em conformidade com a PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

8.2.4.4 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,12% (doze centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, aplicável do 31º (trigésimo primeiro) ao 40º (quadragésimo) dia, aplicada em conformidade com a PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

8.2.4.5 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,15% (quinze centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, aplicável a partir do 41º (quadragésimo primeiro) dia, aplicada em conformidade com a PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

8.2.4.6 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.7 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.8 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 05% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.9 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 05% (cinco por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.10 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 05% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.11 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 05% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O percentual de desconto ofertado será convertido no valor da taxa mensal de utilização da área cedida, conforme fórmula a seguir:

9.1.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o percentual de desconto sobre 100 (cem), que será convertido no valor da taxa mensal de utilização da área cedida, sendo o percentual de desconto ofertado levado a efeito para a fase de lances.

b) Não será aceito percentual de desconto menor que 6,26%, referente ao valor mínimo, arredondado, da taxa mensal de utilização.

c) O percentual de desconto ofertado será convertido no valor da taxa mensal de utilização da área cedida, conforme fórmula a seguir:

$$TU = (D/100 \times R\$ 10.000,00) \times 100$$

Em que:

TU = taxa mensal de utilização;

D = percentual de desconto ofertado.

d) A fim de esclarecer o modelo adotado para esta modalidade, segue exemplo de lance ofertado e seu significado prático:

d.1) Percentual de desconto ofertado de 6,26%(menor desconto aceito):

$$TU = (6,26/100 \times R\$ 10.000,00) \times 100$$

$$TU = R\$ 62.600,00$$

Resumindo: R\$ 62.600,00 (sessenta e dois mil e seiscentos reais) é o valor mensal a ser DESEMBOLSADO, pela cessionária ao cedente o qual refere-se única e exclusivamente à taxa de utilização da área cedida, sendo convertido em serviços de engenharia, ATÉ O FINAL DA CONTRAPARTIDA

Exigências de habilitação NA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO VISANDO A CESSÃO DE USO

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.10. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.23. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de [definir percentual, limitado a 10% do valor total estimado da contratação.

9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.29. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.30. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.31. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.32. As exigências técnicas pertinentes à execução dos serviços da contrapartida, estão previstas no Projeto Básico.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 Para fins de planejamento, estima-se que a contrapartida em serviços de engenharia alcance o valor estimado mensal da cessão de uso onerosa será de R\$ 62.536,35 (sessenta e dois mil, quinhentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos), perfazendo o total global para 120 meses de R\$ 7.504.362,00 (sete milhões, quinhentos e quatro mil e trezentos e sessenta e dois reais).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

~~11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.~~

~~11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~I) Gestão/unidade: [...];~~

~~II) Fonte de recursos: [...];~~

~~III) Programa de trabalho: [...];~~

~~IV) Elemento de despesa: [...]; e~~

~~V) Plano interno: [...];~~

~~11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]~~

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Recife, [data de acordo com a assinatura eletrônica].

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas:

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração:

1.3.. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II):

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.[A3]

OU

2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado[A4], atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.4. 1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.4.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

~~2.4.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e~~

~~2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin). [A5]~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;~~

~~2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação;~~

~~2.8. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação;~~

OU

~~2.9. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021 [A6].~~

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [A7]

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A8]

~~3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXX.[A9]~~

~~3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A10]~~

~~3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato:~~

~~3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento:~~

~~3.1.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:~~

~~3.1.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;~~

~~3.1.15.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;~~

~~3.1.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;~~

~~3.1.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e~~

~~3.1.15.5. . certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;~~

~~3.1.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas:~~

~~3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado:~~

~~3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução:~~

~~3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados:~~

~~4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A11]~~

~~4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

~~4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual:~~

~~4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade:~~

~~4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~

- 4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A12]
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;
- 4.1.8 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, e
- 4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, [A13]
- 4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual;

~~4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~

~~4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~

~~4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;~~

~~4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;~~

~~4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

~~4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A14]~~

~~4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;~~

~~4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

~~4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

~~4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~

~~4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~

~~4.1.28. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~

~~4.28.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[A15];~~

~~4.29. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

~~4.30. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.~~

~~[A16]~~

~~4.30.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

~~4.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.~~

~~4.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.~~

~~4.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.~~

~~4.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.~~

~~4.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.~~

~~4.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.~~

~~4.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.~~

~~4.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.~~

~~4.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.~~

~~4.40. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.[A17]~~

~~4.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.~~

~~4.42. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.~~

~~4.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.~~

~~4.44. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:~~

~~4.1.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;~~

4.1.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.1.44.3. florestas plantadas; e

4.1.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;

4.1.45. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

4.1.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

4.1.45.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;

4.1.16. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.1.17. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso:

4.1.18. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.1.18.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

4.1.18.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

4.1.18.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

4.1.18.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas:

4.1.49 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas:

4.1.50. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004:

4.1. 51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.1.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26 /12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte:

4.1.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata:

4.1.52.. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes:

4.1.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia:

4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações:

4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.):

4.1.56..Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e

entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

4.1.56.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.[A18]

4.1.57. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados:

4.1.58. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A19]

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa:

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD:

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei:

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado:

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações:

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância:

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado:

~~5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.~~

~~5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.~~

~~5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.~~

~~5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A22]~~

~~6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL[A23]~~

~~6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.~~

~~6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~

~~6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual~~

~~OU~~

~~6.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

~~6.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.~~

~~6.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.[A24]~~

~~6.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A25]~~

~~OU~~

~~6.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes [A26] contraentes.~~

~~6.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.~~

~~6.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.~~

~~6.9.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.~~

~~6.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.~~

~~6.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~

~~6.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~

~~6.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~6.10.3. Indenizações e multas.~~

~~6.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.~~

~~6.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

7. DOS CASOS OMISSOS

~~7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A27]~~

8. ALTERAÇÕES

~~8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento);~~

~~8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]~~

~~8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~

~~8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

9. FORO

~~9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital , no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Concorrência nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WELLINGTON TAVEIRA DA CUNHA
Membro da comissão de contratação

DANILLO HELDER FIALHO ARAUJO
Membro da comissão de contratação

MARIANA LORDELO RODRIGUES
Membro da comissão de contratação

MARCONE MARCELINO DA SILVA

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TERMO DE REFERÊNCIA
Data/Hora de Criação:	30/01/2026 15:46:18
Páginas do Documento:	38
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	39
Hash MD5:	d441559f65c02e38fc5c838d4f30fa00
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap WELLINGTON TAVEIRA DA CUNHA no dia 03/02/2026 às 09:54:28 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARIANA LORDELO RODRIGUES no dia 03/02/2026 às 11:30:30 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DANILLO HELDER FIALHO ARAÚJO no dia 03/02/2026 às 14:04:07 no horário oficial de Brasília.